

Declaração de voto em separado, proferida pelo Ministro Gualter Godinho, quando do julgamento do Habeas Corpus 31.935 - São Paulo.

DECLARAÇÃO DE VOTO

"Senhor Presidente,
Senhores Ministros.

Permito-me tecer algumas considerações ao expender o meu voto sobre a matéria sub-examen que, diga-se de passagem, foi amplamente exposta e debatida, tanto pela ilustrada Defesa como pelo douta Procuradoria Geral.

Chamou a atenção do Plenário a afirmação inicialmente feita pelo ilustre advogado impetrante de que o dia de hoje representava um marco na história deste Tribunal e do próprio regime democrático em que vivemos, e isso em face das implicações de natureza jurídica e política que cercam o presente "right".

Ocorre, contudo, Sr. Presidente - é preciso que se ressalte -, ser defeso a esta Corte adentrar na apreciação dos aspectos políticos que envolvem a matéria sub-judice. Como foi realçado pelo Eminentíssimo Ministro Relator, afóra o seu aspecto legal, não nos cabe examinar as razões subjetivas que justificaram a ação da autoridade que, no exercício do Poder de Polícia do Estado, determinou a instauração do inquérito e a posterior prisão cautelar dos pacientes. Da mesma forma, também não nos cabe analisar os fatos ocorridos durante a greve em causa e o procedimento dos pacientes que precederam e teriam justificado a sua prisão.

Entendo dever ficar de vez fixada a posição deste Tribunal, como órgão do Poder Judiciário da República, no julgamento não apenas deste caso, como de todos os que vierem a ser submetidos à sua apreciação. O Superior Tribunal Militar - como de resto os demais Tribunais do país -, como integrante do Poder Judiciário deve irrestrita obediência aos preceitos constitucionais que o regem. A coexistência harmônica e independente dos três Poderes da República, constitui a essência da própria Democracia. Ao Poder Judiciário não cabe legislar. Esta é uma função que está afeta ao Legislativo e ao próprio Executivo. Ao Poder Judiciário incumbe aplicar a lei, adaptando os seus preceitos aos casos concretos que lhe compete examinar dentro da função jurisdicional própria dos órgãos que o compõem.

Daí dizer o consagrado jurista CARLOS MAXIMILIANO que conviria inscrever no portico dos Tribunais o aforismo de CELSO, inserto no Digesto, de que "saber as leis é conhecê-las, não as palavras, mas a força e o poder", isto é, o sentido e o alcance respectivos. A lei - é ainda o festejado tratadista quem diz -, é o conteúdo de vontade do Estado expresso em forma constitucional, persistindo autônoma, independente do complexo de tendências e pensamentos cooperantes em sua emanção e das volições algures manifestadas ou deixadas no campo intencional...

(Cont do Suplemento da Ata da 33ª Sessão, em 02.05.1980)

O que caracteriza o Estado de Direito é o predomínio da ordem jurídica sobre a vontade individual; é o princípio imutável de que todos são iguais perante a lei; é o preceito inquestionável de que ninguém pode fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei; é a afirmação incontestável de que o cumprimento da lei é dever de todos, de todas as camadas sociais, de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Vivemos num Estado de Direito, mercê de Deus, em que a todos é permitido bater às portas dos Tribunais, pedindo justiça, a restauração de direitos postergados ou ameaçados. Mas tudo dentro da lei, conforme com os preceitos constitucionais vigentes e de acordo com os superiores ditames do resguardo da ordem social.

Urge que todos, indistintamente, patrões e empregados, dirigentes e dirigidos, se conscientizem dos impostergáveis reclamos da Pátria brasileira, que hoje mais do que nunca necessita do espírito de compreensão e desprendimento de seus filhos, a fim de ultrapassar a grave crise por que passa em razão da conjuntura mundial e dos problemas internos que a afligem. Não basta que vivamos, pois, num Estado de Direito. Mister se faz que lutemos para preservá-lo.

Não obstante o caso sub-examen se revista de um caráter social que comove e traumatiza toda a Nação, nada pode ser feito para solucioná-lo fora do império da lei. E é unicamente sob esse aspecto legal que incide e se circunscreve a ação deste Tribunal. Cabe-nos examinar, na apreciação do presente habeas-corpus, se a prisão dos pacientes e sua permanência sob custódia estão conformes e escudadas nos preceitos legais aplicáveis; se a ordem de prisão emanou de autoridade competente; se do fato foi dada ciência à autoridade judiciária; se ainda remanesce o prazo legal para a conclusão do inquérito e detenção dos pacientes.

A defesa não opõe argumentos válidos contra o exercício do poder de polícia pela autoridade encarregada do inquérito ao efetuar a prisão dos pacientes. Insurge-se ela contra o preceito legal ordinário embasador do ato praticado pela autoridade policial (Artigo 53 da Lei nº 6 620/78), acoimando-o de inconstitucional. Rebela-se contra a prisão emanada de autoridade que não seja judicial. O inconformismo da defesa, todavia, como ficou sobejamente demonstrado nos debates havidos em Plenário e no voto do Eminentíssimo Ministro Relator, não tem razão de ser. O ordenamento constitucional invocado pelo próprio impetrante (Art. 153, § 12, da Const. Federal) prevê, de forma expressa, a realização de prisão por ordem escrita de autoridade competente.

De ponderar, outrossim, como realçado pelo Relator, que a ação da autoridade policial instauradora do inquérito de que resultou a detenção dos pacientes, está calcada em Convênio firmado pela Polícia Federal com o Governo do Estado de São Paulo, na estrita observância do que estatue o Artigo 54, § 12, da vigente Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente,

Srs. Ministros.

As presentes considerações foram feitas como uma reafirmação da certeza de que este Tribunal não está alheio a tudo que ocorre em nosso país. Mas nós Ministros, no exercício daquela que RUY considerou a mais nobre das profissões, não podemos deixar de exercer nossa missão dentro dos parâmetros que nos são impostos pela Carta Maior do país. da

(Cont do Suplemento da Ata da 33ª Sessão, em 02.05.1980)

aplicadores e não fazedores de leis.

Como, in casu, é perfeitamente legal o ato impugnado pelo impetrante, não me resta outra alternativa senão a de acompanhar o brilhante voto do eminente Ministro Relator, tomando conhecimento mas negando a ordem."

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

02 MAI 1980

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLE.O
SEÇÃO DE ATAS